

**MULHERES DE PAPEL: REPRESSÃO,  
TRANSGRESSÃO E COSTUMES NOS PERFIS  
FEMININOS DE A *NORMALISTA*, DE ADOLFO  
CAMINHA (FORTALEZA, FINS DO SÉCULO  
XIX)**

**Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior**

Bacharel em Direito pela UNIFOR, licenciado em História pela UECE, especialista em Ensino de História pela Faculdade Farias Brito e mestrando em História pelo MAHIS-UECE.

Email: [eustaquio.junior1@hotmail.com](mailto:eustaquio.junior1@hotmail.com)

**MULHERES DE PAPEL: REPRESSÃO, TRANSGRESSÃO E COSTUMES NOS PERFIS FEMININOS DE A *NORMALISTA*, DE ADOLFO CAMINHA (FORTALEZA, FINS DO SÉCULO XIX)****ROLE OF WOMEN: REPRESSION, TRANSGRESSION AND CUSTOMS IN FEMALE PROFILES IN A *NORMALISTA*, BY ADOLFO CAMINHA (FORTALEZA, THE LATE NINETEENTH CENTURY)**

Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior

**RESUMO**

Esse trabalho tem como objetivo traçar um diálogo entre história e literatura, trabalhando com os tipos femininos presentes no romance “A Normalista”, de Adolfo Caminha. Serão analisados os aspectos de submissão e transgressão desses perfis de mulher, além de se discutir nuances dos costumes em voga na época. Falar-se-á da Fortaleza de então, que vivia o contexto da “*Belle Époque*”. Também serão abordados temas pertinentes aos primeiros anos da República Velha, tanto na esfera social quanto na política. Porém, o enfoque principal e norteador do trabalho será o universo feminino que se descortina através das personagens de Caminha.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Literatura. História. Práticas Sociais. Repressão. Transgressão.

**ABSTRACT**

This article has the purpose of building a dialogue between history and literature, working with the feminine types inside the novel “A Normalista”, by Adolfo Caminha. It will be analysed aspects of submission and transgression within these women characters, beside this, we will discuss the habits at this time period. Issues concerning the “*Belle Époque*” period in Fortaleza will be discussed as well. The first years during the Old Republic will be analysed in its social and politics aspects. But, the most important aspects will be the feminine universe that reveals itself from the novel pages and through its characters.

**KEYWORDS:**

Literature. History. Social habits. Repression. Transgression.

## INTRODUÇÃO

A utilização de um texto literário, como fonte de um trabalho científico de caráter histórico, não produz mais nenhum espanto nos dias de hoje. Ocorre que nem sempre tal aceitação foi tão pacífica. O advento da História Cultural, ao longo do século XX, veio a legitimar o entrecruzamento dos textos literário e histórico, bem como criou métodos e abordagens adequados para se trabalhar com a fonte literária, conforme cita Ferreira (2009). Tomando como base algumas definições do que vem a ser fonte, vemos que ora ela é definida como nascente, princípio ou origem, ora como causa primária de um fato, sua verdadeira origem oficial. Mas, o conceito de fonte do ponto de vista histórico, tem origens no século XIX, período onde a História tornou-se disciplina acadêmica. Tendo em vista os diversos avanços científicos e tecnológicos que ocorreram no seio das ciências naturais, ao longo do século XIX, muitos estudiosos do campo histórico preocuparam-se em conferir à disciplina de História um status científico. A Escola Metódica encarregou-se de estabelecer que parâmetros poderiam ser utilizados na abordagem das fontes históricas e o que as legitimaria. Dentro desse contexto, as fontes escritas de cunho oficial foram escolhidas como as fontes ideais por excelência. Nessa perspectiva, fontes como a literária jamais figurariam no hall de documentos passíveis de atenção.

A ampliação dos tipos de fontes históricas, bem como de seu conceito, só ocorreria nas primeiras décadas do século XX, notadamente na França, capitaneada por Marc Bloch e Lucien Febvre<sup>1</sup>, fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929. Criaram uma História-problema, que se articulava com outros ramos do conhecimento e abordaria diversas temáticas e vieses, focando problemáticas calcadas nos processos sociais e econômicos, além dos aspectos mentais das civilizações. Essa visão inovadora tornou o universo das fontes históricas mais amplo. Dentro dessa nova perspectiva, os textos literários foram alçados à condição de fonte. É Febvre (s.d.) quem irá afirmar:

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio (...). Mas também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência (FEBVRE, s.d., p. 31).

<sup>1</sup> Professores do curso de História da Universidade de Estrasburgo, na França, e fundadores do movimento dos *Annales*.

Contudo, seria a geração herdeira da tradição dos *Annales*, na década de 1970; encabeçada por Jacques Le Goff e Pierre Nora,<sup>2</sup> que alargaria definitivamente o leque de problemas, objetos e abordagens da disciplina histórica. Novos objetos temáticos como o inconsciente, a festa, a língua, o mito, a infância; dentre outros, passaram a ser explorados. Os documentos também evoluíram de plataformas eminentemente escritas, para outras; ora sonoras, ora visuais.

Porém, o manuseio de fontes literárias, para fins de produção de reflexões históricas, trouxe a necessidade de um conhecimento mais amplo acerca da Literatura. Os gregos antigos já teciam conjecturas a respeito da definição da Literatura, concluindo então que seria ela uma representação ou imitação do mundo. Mais tarde, a partir do século XX, aqueles que se dedicaram aos estudos literários enfatizaram mais o modo como a Literatura se realizava. Dentro dessa compreensão, afirmaram que a Literatura não documenta o real e nem constitui uma representação parecida aos discursos científico ou filosófico. Seria, portanto, o texto literário sinônimo de ficção ou fingimento, destinado apenas a entreter. A Literatura realizaria uma transfiguração da realidade. Interessante seria ressaltar que toda ficção está enraizada na sociedade que a produz, carregando sempre elementos temporais, espaciais, culturais e sociais. Importante também é perceber que os conceitos ligados ao que vem a ser a Literatura não são imutáveis, gerando dificuldades na elaboração de uma definição acurada. Abreu (2006), estudiosa do assunto, afirmará:

O conceito de Literatura foi naturalizado (...). Apresenta-se a Literatura como algo universal, como se sempre e em todo lugar tivesse havido literatura, como se ela fosse própria ao ser humano. (...) Nós temos que discutir o que é literatura, pois ela é um fenômeno cultural e histórico e, portanto, passível de receber diferentes definições em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais (ABREU, 2006, p. 31).

Deixando um pouco de lado as questões acerca das definições do que vem a ser a Literatura, verificamos que a pesquisa histórica trouxe diversas contribuições para o entendimento dos modos como a arte literária foi sendo elaborada ao longo dos tempos, bem como de que maneira foi transmitida, lida, apropriada e compartilhada por diferentes grupos sociais, em diferentes épocas e lugares. Dentro dessa perspectiva, num primeiro momento, foram os livros que ganharam a alcunha de “clássicos” os escolhidos como os ideais para serem problematizados historicamente. Um *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes; um *Os Miseráveis*, de Victor Hugo; um *Dom Casmurro*, de Machado de Assis; seriam, por

<sup>2</sup> Professores da Universidade de Sorbonne, em Paris e pertencentes à terceira geração dos *Annales*.

excelência, fontes literárias perfeitas para o trabalho do historiador. Contudo, certos juízos estéticos não cabem na pesquisa histórica. O historiador deve, sim, tentar investigar as razões pelas quais uma obra foi taxada de clássica e outra; por exemplo, de maldita ou marginal. Ambas devem interessar à pesquisa científica com o mesmo peso e importância. Atento a esse viés, deve também o historiador procurar compreender as circunstâncias em que se constituíram as obras literárias abordadas, bem como a que gênero pertenceram, em que meio circularam, a que estilo se filiaram. Desde o século XIX até nossos dias, tem sido o romance o gênero em prosa mais adotado e profícuo entre os escritores. Isso se deve talvez ao fato de ser ele um gênero livre e fluido, onde os enredos costumam girar em torno de indivíduos e suas experiências particulares. Desse modo, o romance teria uma facilidade maior de apreender as características de uma determinada época, sua velocidade, sua estética, seus valores.

Diante das considerações tecidas até o momento, cabe agora refletir sobre o diálogo entre História e Literatura. Ambas são narrativas que tem o real como referente, construindo sobre ele toda uma versão. Como narrativas, são representações explicativas da vida e dos fatos. Em relação à Literatura, talvez o modo mais adequado de trabalhá-la numa abordagem histórica seja o de interpretá-la como um discurso privilegiado, que dá acesso ao imaginário de diferentes épocas. Em relação à História, não se pode perder de vista que ela é também Literatura, porém feita com método e rigor. As palavras de Pesavento (2006), destacadas a seguir, ilustram esse parágrafo:

Clio (deusa grega da História) se aproxima de Calíope (deusa grega das Artes Literárias), sem com ela se confundir. História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música (PESAVENTO, 2006, p. 2).

No que diz respeito ao fazer histórico, ao se abordar um texto literário deve-se escolher um ou mais métodos de trabalho. Tais métodos dependem das perguntas a serem feitas, bem como da problemática escolhida. No caso da obra ora aqui analisada, o romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha<sup>3</sup>, optou-se por contextualizar a obra e seu autor. Tomando-se como exemplo a obra já clássica de Nicolau Sevcenko<sup>4</sup>, *Literatura Como Missão* (2004), percebe-se como o autor analisou com propriedade os elementos históricos impregnados nas

<sup>3</sup> Adolfo Caminha, escritor cearense natural de Aracati e pertencente à Escola do Naturalismo. Escreveu *A Normalista*, *Bom-Crioulo* e *Tentação*.

<sup>4</sup> Professor do Departamento de História da USP – Universidade de São Paulo.

obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto<sup>5</sup>. As ideias de ambos sobre a política empreendida nos primeiros anos da República Velha permeiam seus escritos. O cenário de suas tramas é predominantemente urbano, posto que viviam no Rio e escreviam para o público carioca (importante é lembrar que a maioria dos pouco alfabetizados vivia em cidades). Vê-se então o Brasil mudando de feição, deixando de ser agrário e passando a ser urbano, mirando-se sempre no exemplo urbanístico de Paris, referência da época. Vive-se a belle époque e os gostos e modos são afrancesados. A economia é impulsionada ainda pelo café e as levadas de imigrantes que chegam passam a mudar os cenários urbanos. Os erros e acertos das políticas instituídas na República Velha vão moldando e modificando a vida das pessoas. Enfim, Sevcenko demonstra ser perfeitamente factível e importante trabalhar nessa interseção entre Literatura e História, valorizando e analisando a utilização da linguagem, as ideias, as mentalidades e os reflexos sócio-políticos presentes na vida dos autores escolhidos e de seus escritos.

Voltando a Caminha, era ele profundo admirador do escritor naturalista Émile Zola<sup>6</sup>, assumindo em suas obras os preceitos, maneirismos e ideias dessa corrente literária. Tendo nascido no Ceará, em 1867; veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1897. Ao longo de seus curtos 30 anos de vida, escreveu obras marcantes e contundentes em relação à crítica que faziam de seus temas. O ambiente recorrente de suas narrativas é o Brasil dos últimos anos do Segundo Reinado e primeiros anos da República. As personagens são predominantemente pertencentes à classe média urbana e seus conflitos ligados às questões desse meio. Como bom adepto do Naturalismo, irá permear suas histórias com altas doses de bestialidade e fatalidade, presentes nos comportamentos de suas criações. Características essas tão caras aos princípios das teorias positivista, darwinista e cientificista, então em voga. Sofreu muitas críticas em seu tempo, mas não podia negar sua têmpera: em vida foi um incompreendido, um pária. Refere-se Azevedo (2007), acerca dele e de sua obra:

Cada um dos três romances de Adolfo Caminha, (...) representa uma resposta: A Normalista (1893), mostrando uma jovem seduzida pelo padrinho, atacava a sociedade hipócrita de Fortaleza dos anos 80 do século XIX, que condenou a união do escritor com uma mulher que, por ele, abandonara o marido; Bom-crioulo (1895), falando do relacionamento homossexual entre os marinheiros Amaro e Aleixo, expunha alguns dos problemas da Marinha Imperial, da qual Caminha foi praticamente obrigado a se demitir, em virtude do citado escândalo; e Tentação (1896), relatando a decepção de um casal de provincianos em contato com as

<sup>5</sup> Autores que produziram suas obras durante a República Velha, no Rio de Janeiro. São considerados pré-modernistas.

<sup>6</sup> Escritor naturalista francês, autor de diversas obras influentes, como: *Naná* e *Germinal*.

falsidades da vida na Corte, pinta, de maneira ácida, o ambiente vivido pela Capital no declínio do Segundo Reinado. Adolfo Caminha nunca se adaptou ao Rio de Janeiro, vivendo sempre à margem dos grupos intelectuais e tendo seus livros atacados pela crítica (AZEVEDO, 2007, p. 86).

No caso do romance de Caminha ora aqui analisado, *A Normalista* (CAMINHA, 1985) percebe-se nele claras tintas naturalistas: João da Mata é repugnante, parecendo-se a um rato; além de nutrir uma atração bestial pela afilhada, Maria do Carmo. Ao longo da trama, ela será por ele enganada e abusada sexualmente, dando início a um difícil calvário pessoal, que culminará numa gravidez indesejada. Tal perfil feminino será examinado nesse trabalho como exemplo da subjugação da mulher pela sociedade patriarcal de então, servindo de espelho para ilustrar a condição enfrentada na época. Ainda como espécie de outro lado da moeda, surge a viúva Amanda Campelo: exemplo de mulher independente e hábil em driblar a hipocrisia da Fortaleza de 1887. Seu isolamento social e vida discreta serviam para disfarçar romances clandestinos. Ao final, fala-se dos costumes descritos no livro (os fins de tardes e noites no Passeio Público e os ritos sociais ligados a esse importante espaço daquele período, o hábito de se jogar o víspera, a ida aos cafés da Praça do Boticário Ferreira, os saraus, as pilhérias e a maledicência do “Ceará Moleque”) e ilustrativos das práticas sociais do período. O conceito que permeará essas análises será o de *representação*, podendo ser ilustrado pelas palavras de Carlo Ginzburg<sup>7</sup>, ao afirmar que: “... seguindo Roger Chartier, destaca-se a ambiguidade do termo “representação”, que ora faz as vezes da realidade representada, evocando a ausência; ora a torna visível, sugerindo sua presença.” (GINZBURG, 2001, p. 85). Ou seja, trabalhar nessa perspectiva é como que brincar com um jogo de espelhos, onde realidade e ficção se confundem, se complementam, se explicam.

## MARIA DO CARMO: O CORPO SUBMETIDO

No romance *A Normalista*, de Caminha, somos apresentados à personagem alvo desse livro logo no início da obra, onde encontramos um grupo em casa de João da Mata<sup>8</sup>, na antiga Rua do Trilho,<sup>9</sup> a jogar o víspera:<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Exponente da micro-história italiana e também da História Cultural.

<sup>8</sup> Padrinho e algoz de Maria do Carmo.

<sup>9</sup> Atual Avenida Tristão Gonçalves, no Centro de Fortaleza.

Ao pé de D. Terezinha apumava-se Maria do Carmo, afilhada de João, uma rapariga muito nova, com um belo arzinho de noviça, moreno-clara, olhos cor de azeitonas, carnes rijas, e cuja atenção volvia-se insistentemente para o Zuza.<sup>11</sup> (CAMINHA, 1985, p. 12).

Maria do Carmo é um dos milhares de sertanejos que migraram para Fortaleza, durante a seca de 1877<sup>12</sup>. Levas de retirantes entraram na cidade de 25 mil habitantes, inchando-a até o inacreditável número de 60 mil pessoas. Tal fato maculou o processo otimista e embelezador que vinha sendo capitaneado pelas autoridades locais, processo esse financiado pelos capitais excedentes do ciclo do algodão. É Rodolpho Theóphilo<sup>13</sup> quem dirá: “Poucos eram os retirantes abarracados. A quase totalidade deles morava em ruínas palhoças, ou vivia de todo desabrigada, à sombra dos cajueiros, nos subúrbios da capital” (THEÓPHILO, 1997, p. 7). Nesse contexto, João da Mata acolhe a menina honrando o papel de compadre de seu pai. Logo depois, Maria vem a tornar-se órfã de pai e mãe, além de perder o contato com seus dois irmãos: um vai servir ao Exército no Sul; o outro aventura-se pela ilusão da borracha, no Norte. Dessa forma, fica a vulnerável moça entregue aos cuidados de seu padrinho, que nutre por ela uma afeição imprópria:

A sua grande paixão, o seu fraco, era a Maria do Carmo, a menina dos seus olhos, a afilhadinha; queria um bem extraordinário à rapariga e tratava-a com um carinho lânguido de amante apaixonado no supremo grau do amor incondicional. Criara-a desde pequena, era como se fosse pai, tinha direitos sobre ela; podia mesmo beijá-la – sem malícia, já se deixa ver – nas faces, na testa, nos braços e até, porque não? na boca. (CAMINHA, 1985, p. 13).

Consumido por esse afeto irá João da Mata, ao perceber o interesse da jovem pelo estudante Zuza, ter acessos de fúria e começar a indispor-se com a presença do rapaz:

Assim que se foram os habitués do víspera, João da Mata desabafou. – Uma patifaria! O Sr. Zuza pretendia sem dúvida abusar de sua confiança, plantar a desordem no seio da família, mas estava muito enganado. Ali era casa de gente pobre e honesta. Estava muito enganadinho, seu pelintra!  
- Mas eu sei quem é a culpada, acrescentou furioso; a culpada é a Sra. D. Maria do Carmo, por que se atreve a olhar para ele!  
Aquilo não podia continuar, o Sr. Zuza não lhe punha mais os pés em casa sob pretexto algum. Não se portava sério? Pois então – fora p’ra rua! (CAMINHA, 1985, p. 15).

Como vemos, a personagem Maria do Carmo é alvo da vigilância e do rigor constantes de seu padrinho, numa reprodução dos cuidados dedicados às moças em fins do

<sup>10</sup> Espécie de bingo jogado na época. Esse jogo chegou ao Brasil trazido por membros da corte vinda com a Família Real Portuguesa, em 1808.

<sup>11</sup> Rapaz acadêmico de Direito no Recife e interesse amoroso de Maria do Carmo.

<sup>12</sup> Uma das maiores secas de que se tem registro no Ceará: durou de 1877 a 1879.

<sup>13</sup> Importante médico sanitário desse contexto.

século XIX. Ela é estudante da Escola Normal de Fortaleza<sup>14</sup> (donde o título do livro), fugindo à regra da realidade que acometia a maioria das moças de seu tempo, que era a falta de instrução. Como pertencente às fileiras da classe média urbana da época, tem acesso aos rudimentos de uma formação, que poderia lhe angariar no futuro a profissão de professora (destino geralmente reservado às solteironas). A educação feminina no período consistia, no máximo, em concluir os estudos secundários, sendo o acesso ao ensino superior praticamente impossível. Eram ensinados às moças o aprendizado da leitura e da escrita, os bons costumes e modos, a música e os idiomas estrangeiros, segundo afirma Haidar (1972). Tudo com a finalidade de formar uma boa esposa e uma boa mãe. O trecho a seguir, retirado de obra de Joaquim Manuel de Macedo (1910) ilustra o pensamento de então:

- A mãe de família, continuou o velho roceiro, é um objeto de importância imensíssima para a sociedade. As ideias que mais impressão nos causam, que mais enraizadas persistem no nosso espírito, são aquelas que na infância recebemos; e, em relação à moral, ordinariamente o menino vê pelos olhos, ouve pelos ouvidos, e julga pela alma de sua mãe... (MACEDO, 1910, vol. 1, p. 13).

Em casa de João da Mata havia um piano que, apesar de ter sido um investimento custoso para a família, era considerado instrumento deveras importante e tipicamente feminino; portanto imprescindível para a formação da afilhada. É Lopes (2011) quem dirá que, uma concepção tradicionalista permeia tanto o livro de Caminha, quanto o próprio ideário de fins do século XIX, acerca do que se esperava do comportamento e educação da mulher. Podemos ilustrar o que se pensava sobre a formação feminina, no período abordado, através de trechos da literatura de Machado de Assis e José de Alencar<sup>15</sup>:

(...) Iaiá não tinha piano! Era preciso dar-lhe um, ainda com sacrifício. Se ela aprendia no colégio, não era para tocar mais tarde em casa? (ASSIS, 1983, p. 15).  
Daí encaminhou-se ao piano, que é para as senhoras como o charuto para os homens, um amigo de todas as horas, um companheiro dócil, e um confidente sempre atento (...) (ALENCAR, 1973, p. 158).

A segunda metade do século XIX, apesar de ter assistido a uma certa evolução dos costumes, apresentou uma resistência à superação da condição subalterna feminina. Juridicamente, a mulher era considerada “menor perpétuo”, isto é, estaria sempre subordinada à tutela do pai, marido ou responsável. Isso perdurou até a promulgação do Código Civil de 1916. O direito ao voto só viria em 1932. Todas as lutas empreendidas pela emancipação da mulher desse período ficaram restritas aos grandes centros, tendo contado posteriormente com

<sup>14</sup> Atual prédio do IPHAN, ao lado do Teatro José de Alencar, no Centro.

<sup>15</sup> Profícuos escritores brasileiros da segunda metade do século XIX. O primeiro, naturalista; o segundo, romântico.

o apoio de alguns homens. Porém, todos esses movimentos não desvincularam a mulher da obrigação de se dedicar aos afazeres domésticos, como menciona Hahner (1981). Sendo assim, é Maria do Carmo uma típica mulher de sua época: dona de um corpo submetido aos valores e leis de uma sociedade ainda fortemente patriarcal. Essa sua posição de vulnerabilidade vai conduzi-la a um destino desagradável, quando passa a ser alvo das investidas do padrinho:

Com efeito, Maria, agora, para não desagradar ao padrinho, obedecia-lhe cegamente, com uma resignação indolente e fria duma escrava. Que havia de fazer, ela uma pobre filha adotiva, se o padrinho era quem lhe dava de comer e de vestir? Consentia, pudera não! sem a menor resistência, que o amanuense <sup>16</sup>afagasse-lhe o bico dos seios virgens e lhe passasse a mão pelas coxas tenras e polpudas... (CAMINHA, 1985, p. 75).

Vemos aqui como a personagem é abusada e ultrajada na sua fragilidade de órfã, mulher e ser condenado à eterna tutela masculina. Há componentes de repressão sexual sobre seu jovem corpo adolescente (quando o ato de dispor do próprio corpo lhe é negado pelo rigor do padrinho) e há abusos permitidos pelos meandros hipócritas da sociedade de então (quando o mesmo padrinho assedia a afilhada, como se seu dono fosse). Marilena Chauí (1985) dirá que tudo começou com o primeiro tabu humano: o incesto. Dessa forma, vai o sexo migrando de conduta meramente biológica para conduta social. As proibições e permissões vão sendo interiorizadas pelos indivíduos devido a inúmeros procedimentos sociais, como a educação. Sua definição de repressão sexual consiste em:

A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois, como inúmeras expressões sugerem, o sexo é encarado por diferentes sociedades (e particularmente pela nossa) como uma torrente impetuosa e cheia de perigos – estar “perdido de amor”, “cair de amores”, ser “fulminado pela paixão”, beber o “filtro do amor”, receber “as flechas do amor”, “morrer de amor”. (CHAUÍ, 1985, p. 9).

Não à toa a historiadora Mary Del Priore (2011) chamará o século XIX de “século hipócrita”, pois tanto reprimiu o sexo como foi por ele obcecado. Aos homens era tolerado o adultério, chegando até a haver casos de esposa e amante frequentando a missa dominical... A forte incidência do adultério era em parte explicada pelo desequilíbrio demográfico de então: os homens concentravam-se nas regiões litorâneas, por conta de afazeres ou trabalho; já as mulheres permaneciam nos interiores. Dirá a autora: “A imprensa que se multiplicou a partir de segunda metade do século costumava trazer uma ‘sessão de

<sup>16</sup> Escriturário de secretaria pública.

boatos' ou crônicas onde as traições eram abertamente comentadas" (DEL PRIORE, 2011, p. 92). Havia também os romances proibidos ou leituras pornográficas para homens (o advento das tipografias modernas ampliou e facilitou o acesso a esse tipo de literatura), nos quais os temas versavam sobre adultérios, lesbianismo e taras. Apesar de seus conteúdos incendiários, apresentavam finais moralistas, punindo exemplarmente as adúlteras com a loucura, a vergonha e o exílio social. Como vemos, a balança moral continuava em desvantagem para as mulheres. Voltando à trajetória de Maria do Carmo, de alguma forma reflexo da condição enfrentada pelas mulheres do período, vemos chegar a termo o assédio de seu padrinho:

A porta do quarto, que se conservava entreaberta, rangeu nas dobradiças, como se alguém a empurrasse de manso. Apoderou-se de Maria um pavor terrível; arrepiaram-se-lhe os cabelos, e uma extraordinária sensação de frio percorreu-lhe o sangue. Ficou assombrada, sem se mexer, com o ouvido alerta e os olhos fechados, numa prostração de quem está sem sentido. Pareceu-lhe ouvir chamar por seu nome e então subiu de pronto o terror que lhe tapava a boca como uma mordada de ferro. E abriu os olhos para verificar se com efeito estava acordada e tornou a fechá-los mais que depressa. Instintivamente fez um esforço supremo para gritar, para chamar alguém, mas não podia abrir a boca, estarecida.

- Maria! Repetiu a mesma voz, que ela julgava ouvir, uma voz fina, mas abafada, como se saísse das entranhas da terra.

E logo:

- Sou eu, Maria. É o padrinho... (CAMINHA, 1985, p. 91).

Seu destino estava selado: destino de corpo ultrajado e dominado. Destino de corpo submetido, usado. Engravidará, perderá a criança e será conduzida a um casamento sem amor, com um marido medíocre e ingênuo. Provavelmente muitas órfãs, domésticas e moças pobres da época tiveram destino parecido. O ocorrido será apagado, enredado nas tramas da hipocrisia existente no período.

## **VIÚVA CAMPELO: OCULTAR PARA BURLAR**

Dois dos mais fortes princípios do naturalismo literário do século XIX, inspirado no darwinismo social que repercutia na época, eram o determinismo do meio e uma suposta herança biológica dos comportamentos. Desse modo, Dona Amanda Campelo, ou viúva Campelo, mãe de Lídia Campelo; serviria para ilustrar um desses princípios, na obra de Caminha: tanto mãe quanto filha eram alvo das calúnias e maledicências da Fortaleza de 1887, no melhor exemplo do ditado "filho de peixe, peixinho é". Vejamos o que se afirmava de Dona Amanda:

Da viúva diziam-se horrores: ‘Aquilo era casa aberta...’ Tantos fossem, quantos ela recebia com um risinho sem-vergonha, arregaçando os beijos. A filha seguia o mesmo caminho.

O certo, porém, é que o procedimento de D. Amanda não escandalizava a sociedade. Vivia na sua modesta casinha do Trilho (Rua do Trilho), muito concentrada, sem amigas, num respeitoso isolamento, saindo à rua poucas vezes na companhia da filha, não frequentando os bailes nem o Passeio Público, e muito menos as igrejas: vivia a seu modo, comodamente, do minguado montepio de seu defunto marido. (CAMINHA, 1985, p. 35).

Vê-se assim, que o preço pago pela viúva devido à sua autonomia, era o isolamento social. O prazer sexual feminino, a capacidade de decidir sobre o próprio modo de vida e com quem conviver seria privilégio de poucas mulheres, notadamente as viúvas, em virtude de algumas inobservâncias legais no período. Há registros, nos idos de 1862, 1863 e 1866, aqui no Ceará, de viúvas comprando e vendendo imóveis, negociando diretamente com homens, sem ter expressamente a anuência do Juiz de Órfãos<sup>17</sup>. Donde se infere que a mulher viúva, ao longo do século XIX, encontrou maneiras de driblar a legislação e manter certa autonomia financeira e pessoal, conforme ilustra Viana Júnior (2001). Há um trecho de A Normalista que ilustra certa independência pessoal vivida pela viúva Campelo. Nele, Maria do Carmo e Lídia (filha da viúva) falam de suas vidas e seus namoros:

- A propósito, perguntou Maria, curiosa, pretendes mesmo casar com o guarda-livros?

- Porque não? fez a outra erguendo-se. Muito breve tenho homem! Decididamente este não me escapa, tenho-o seguro... Vai todas as noites à nossa casa, como vês, está caidinho. A mamãe já não repara, deixa-se ficar com o d’ela...

- Com o d’ela? inquiriu Maria com surpresa, muito admirada.

Apanhada em flagrante indiscrição, Lídia confessou, muito em segredo, que uma noite encontrara D. Amanda na alcova com o Batista da Feira Nova, um negociante... (CAMINHA, 1985, p. 25).

Encontra assim a viúva Campelo maneiras de burlar a sociedade da época: sua autonomia financeira e condição de chefe de família, com apenas uma filha, sem filhos homens, a permite viver um romance clandestino, na intimidade de sua casa e com relativa autonomia. No documento Arrolamento da população de Fortaleza, de 1887, documento esse que se encontra no Arquivo Público do Estado do Ceará; verificamos ser a população da época algo em torno de 17. 533 pessoas, sendo 10.032 mulheres e 7.843 homens. Havia, também segundo o citado documento, aproximadamente 1.300 pessoas em estado de viuvez, sendo 963 delas mulheres. A maioria dessas mulheres desempenhavam funções domésticas e uns 63% delas não possuía instrução. Difícil foi detectar a atuação dessas mulheres em outros

<sup>17</sup> Código Philipino ou Ordenações do Reino, Livro IV, Título 94. As mulheres viúvas precisavam da autorização do Juiz de Órfãos para negociar os bens herdados dos maridos.

trabalhos, pois o nível de informalidade era alto. Sabe-se que havia muitas lavadeiras, quitadeiras, costureiras e cozinheiras, além das que se dedicavam ao meretrício. Em Fortaleza, como em outras partes do país na época, muitas mulheres chefiavam domicílios. Isso se dava em 30% dos lares, sendo a maior parte delas viúvas. Elas assumiam posição de cabeça dentro das famílias, dificilmente voltando a se casar. Dessa forma, apesar de alguns pequenos avanços conquistados pelos ventos republicanos e europeus que sopravam no Brasil de então, era a condição de viúva talvez uma das mais proporcionadoras da independência feminina, conforme ilustra o trabalho de da Silva (2009). Dessa maneira, servia essa independência para alimentar certas transgressões, como a da viúva Campelo. Citando Foucault (2001), acredita ele ser a experiência recente da sexualidade uma construção “para demarcar o limite em nós e nos delinear a nós mesmos como limite” (FOUCAULT, 2001a, p. 19). Assim, seria a sexualidade humana dos últimos cem anos repleta de limites estabelecidos, pois ela não é dominada por uma ideia de liberação, e sim, atravessada de ponta a ponta pela constituição de interdições. Tudo aquilo que ultrapassa esses limites pode ser então chamado de transgressão, afirma Almeida (2008).

Sendo assim, talvez a viúva Campelo fosse não apenas uma personagem construída por Caminha para exemplificar teorias naturalistas, mas também uma espécie de libelo contra a moral burguesa e a hipocrisia da época, que tanto oprimiu sua companheira e a ele mesmo. Amanda Campelo pode não ser uma protagonista, mas é uma personagem secundária que merecidamente poderia se juntar ao hall de transgressoras como a “Lucíola” de Alencar<sup>18</sup>. Num dos últimos trechos do livro em que a personagem aparece, vemos a mesma feliz com o casamento da filha e com a continuidade de seus encontros fortuitos:

Todos tiveram mais ou menos o que dizer aos noivos.

- Não esqueça o que lhe pedi, ouviu Lídia? Recomendou de fora uma voz de mulher.

- Boa noite!

- Sejam felizes!

- Durmam bem!...

Em pouco todos tinham-se retirado. Havia ainda alguns curiosos na calçada. Loureiro mandou aproximar o carro que o esperava. A rua estava silenciosa e escura como se fosse alta noite. Defronte, em casa de João da Mata, fecharam-se as portas apagando-se completamente a última luz que clareava aquele trecho da rua do Trilho.

D. Amanda chamou a filha à alcova onde estiveram conversando alguns minutos, e depois, abraçando-a ternamente com os olhos úmidos:

- Deus a conduza em paz...

<sup>18</sup> Prostituta personagem do romance homônimo de Alencar.

Lídia beijou comovida a mão da viúva e, dando o braço ao Loureiro, entrou no carro que rodou em direção ao Benfica, com a sua luzinha amarela tremeluzindo no escuro.

Minutos depois D. Amanda recebia, como de costume, o Batista da Feira Nova. (CAMINHA, 1985, p. 89).

## OS SARAUS, O JOGO DE VÍSPORA, O “CEARÁ MOLEQUE” E O PASSEIO PÚBLICO: EXEMPLOS DE PRÁTICAS SOCIAIS

É Triviños (2006) quem elaborará uma definição versando sobre a prática social:

A práxis, ou a prática social, é unidade da teoria e da prática. É o mundo material social elaborado e organizado pelo ser humano no desenvolvimento de sua existência como ser racional. Esse mundo material social, ou conjunto de fenômenos materiais sociais, está em constante movimento, organizando-se e reorganizando-se perpetuamente. Na existência real do ser humano, como ser social, realiza uma atividade prática, objetiva, que está fora de sua consciência, e que visa à transformação da natureza, da sociedade. Este processo de mudanças fundamentais ou não, se realiza através dos seres humanos, das classes sociais, dos grupos e dos indivíduos (TRIVIÑOS, 2006, p. 122).

Como podemos perceber, a prática social é fruto do binômio composto pela existência humana e pela vida em sociedade. Desse modo, costumes, estratégias e usos vão sendo construídos e moldados pelas ideologias e características sociais e espaciais de cada lugar e época, sofrendo sempre constantes transformações. Sendo assim, o livro de Caminha, tratado como fonte histórica produzida em determinados época e contexto, traz em seu cerne inúmeros exemplos de práticas sociais. Em dado trecho do romance *A Normalista*, vemos Lídia Campelo a refletir sobre as aflições da amiga Maria do Carmo e sobre como corria a sua vida de casada:

Pobre Maria! É assim – uns tão felizes e tão maus, outros ao contrário, bons e infelizes...

E Lídia soltava uns suspiros vagos, traspassados de pena ao lembrar-se da sua velha companheira agora atirada ao desprezo como um ente nulo e prejudicial à sociedade! - Este mundo, este mundo!...

Entretanto, corria-lhe a vida deliciosamente, não lhe faltava coisíssima alguma, o Loureiro a estimava cada vez mais, comia e vestia do melhor, tinha relações com as principais famílias da capital, ia ao teatro e frequentava o Club Iracema; gozava! (CAMINHA, 1985, p. 129).

Segundo Sebastião Rogério Ponte (1999), o Club Iracema surgiu em Fortaleza fomentado pela necessidade de uma nova *jeunesse dorée*, formada principalmente por membros de uma classe média emergente e ávida por um espaço social menos elitista; posto que não tinha acesso ao seletivo grupo frequentador do Clube Cearense. Surgirá então o novo

clube na década de 80 do século XIX e abrigará nos seus salões exemplares dessa nova juventude, ligada à atividade jornalística e ao movimento abolicionista e republicano. Assim sendo, Lídia e seu marido, o Loureiro, são colocados pelo autor nas fileiras dessas camadas medianas e intelectualizadas, formadoras de opinião à época. O final do século XIX, contempla assim, uma certa evolução em relação aos espaços de sociabilidade urbanos, sobretudo os frequentados pelas mulheres. É Mary Del Priori (2005) quem mencionará a evolução paulatina que ocorreu nesses lugares de convívio ao longo desse período. Primeiramente restritos ao interior das igrejas e aos espaços particulares das residências, os ritos sociais coletivos vão aos poucos diversificando os palcos onde são encenados. Dos velhos saraus e danças animados ao som de um piano, em casa de amigos, vai-se progressivamente evoluindo para espaços maiores, mais democráticos, mais republicanos. As práticas sociais da segunda metade do século XIX vão como que refletindo uma simplificação da vida ligada ao fim dos rituais de uma cultura de Corte, fadada a acabar.

Outro local bastante utilizado para o lazer no período é a Praça do Boticário Ferreira, notadamente os espaços dos cafés que existiam à época (meados da década de 80 do século XIX): o *Café Iracema*, o *Elegante*, o *Do Comércio* e o *Java*. Todos ficavam nas extremidades da praça e abrigavam frequentadores em busca de um modernismo de costumes e ideias que contrastava com a ainda provinciana capital. O estilo dessas construções era o de bangalôs de madeira afrancesados. Das mesas do *Café Java* surgiu o movimento da “Padaria Espiritual”,<sup>19</sup> movimento que, afirmam alguns, de certa forma antecipou a ruptura nas artes do país causada pela “Semana de 22”.<sup>20</sup> Curioso é ressaltar que o próprio Adolfo Caminha fez parte das fileiras desse movimento. Pinçando aqui um trecho de *A Normalista*, vemos o *Café Java* citado como espaço de sociabilidades:

Era voz geral na cidade que o estudante estava disposto a casar com a normalista mesmo contra a vontade de seus pais e a despeito da burguesia aristocrata que lamentava por sua vez tamanho “desastre”. Um rapaz fino, com um futuro invejável diante de si, estimado, amigo do presidente (da província), casar-se com uma simples normalista sem eira nem beira! E em toda parte, desde o “Café Java” até o Palácio da Presidência, comentava-se, discutia-se ruidosamente o assombroso acontecimento (...). (CAMINHA, 1985, p. 76).

Mas talvez o espaço mais emblemático dos rituais sociais de então fosse o Passeio Público. Reinaugurado com a atual configuração por volta de 1879, passa a ter suas mesas bastante concorridas às quintas e aos domingos, ocasiões onde havia música tocada

<sup>19</sup> Movimento literário pré-modernista ao qual pertenceu, inclusive, Adolfo Caminha.

<sup>20</sup> Marco do modernismo nas artes no Brasil, ocorrido em São Paulo, no Teatro Municipal.

pela banda municipal no coreto local. Os fortalezenses lá iam nesses dias para animados *meetings* (encontros), *footings* (passeios) e *flirts* (flertes), tal qual usualmente se dizia na época. Punha-se as melhores roupas para frequentar esse sítio e as três avenidas lá existentes reproduziam geograficamente a divisão social dos frequentadores: a Avenida Caio Prado era das elites, a Carapinima das camadas médias e a Mororó dos populares, menciona Ponte (2012). Há um trecho importante do livro *A Normalista* onde vemos Maria do Carmo, Lídia Campelo, Zuza e José Pereira (amigo de Zuza) confabulando e flertando no concorrido espaço:

Maria cumprimentou o estudante com um modo muito discreto, conservando-se sentada, aflicta (sic).

A música deu começo a um tango repinicado, saltitante e carnavalesco, espécie de Chorado Baiano, com rufos de tambor, em que sobressaía o clarinete, cujas notas, muito prolongadas e queixosas, morriam languidamente.

De quando em quando os instrumentos faziam uma pausa e rompia um coro de vozes grossas – “Quem comeu do boi?...” que a molecagem, lá fora, repetia numa desafinação irritante de vozes finas.

- Vamos tomar alguma coisa, insistiu José Pereira oferecendo o braço à Lídia cortezmente. Ó Zuza, você dá o braço a D. Maria do Carmo.

E, dois a dois, dirigiram-se para o botequim, José Pereira na frente com a Campelinho.

A ocasião era oportuna.

Maria a princípio desanimou completamente, mas, num ímpeto decisivo e franco, fazendo um esforço supremo sobre si mesma, nervosa, mais tímida do que nunca, sacou a carta, passou-a ao estudante, com a mão trêmula, sem proferir palavra, e imediatamente veio-lhe um arrependimento profundo de se ter comprometido daquele modo, como se naquela carta fosse toda a sua honra, todo seu pudor de rapariga honesta. Estava perdida! Pensou, e já lhe parecia que toda a gente, - o Passeio Público em peso, - seguia-lhe as pegadas observando-lhe todos os movimentos.

- Ah! fez o Zuza satisfeito. Pensei que não respondesse. (CAMINHA, 1985, p. 68).

Como se vê, um dos lugares privilegiados da época para os flertes e encontros amorosos discretos era o Passeio Público. Em suas mesas eram servidos sorvete, cidra, cerveja, vinho do Porto e chocolate. As transformações levadas a cabo na cidade pelas autoridades públicas do período começaram a moldar os hábitos existentes. Outro logradouro que passará a ser utilizado pela população, em meio a esse processo de embelezamento e disciplinamento urbano, será o Parque da Liberdade (construído em 1890), antiga Lagoa do Garrote e hoje, Cidade da Criança, afirma Ponte (2012).

Citando mais outro exemplo de prática social do período e praticado por homens e mulheres, havia o jogo do víspora, espécie de bingo da época. Jogava-se também o jaburu, a roda, o jogo da fortuna, o bozó, as roletas, as rifas e, o mais temido devido ao fato de haver grande adesão popular: o jogo do bicho. De acordo com Câmara Cascudo (1984): “o

jaburu é uma roleta com figuras de bichos, ao invés de números, jogo tradicional em festas do interior brasileiro”. Acerca do jogo do “víspora”, há um trecho no livro *A Normalista*, de Caminha, que pode nos ajudar a entender como funcionava e como se dava tal passatempo:

Nessa noite estavam reunidas as pessoas de costume. Ao centro da sala, em torno de uma mesa coberta com um pano xadrez, à luz parca de um candeeiro de louça esfumado, em forma de abajur, corriam os olhos sobre as velhas coleções desbotadas, enquanto uma voz fina de mulher flauteava arrastando as sílabas numa cadência morosa: - Vin...te e quatro! Sessen...ta e nove! Cinquen...ta e seis!...

Havia um silêncio morno e concentrado em que destacava o rolar abafado das pedras no saquinho de beata verde. (...)

(...) De onde em onde zunia o falso do amanuense:

- Quadra!... Ou çaçoava: Os anos de Cristo!... Os óculos do Padre Eterno!

Risadinhas explodiam a espaços, gostosas, indiscretas, - uma pilhéria ricocheteava nos quatro ângulos da mesa (...).

(...) Depois voltava o silêncio e a voz fina da mulher continuava a cantar os números solenemente.

Víspora! Saltou de repente um rapazola de óculos, bigodinho fino, flor na botoeira do fraque de casimira clara.

Toda a gente o conhecia era o Zuza, quintanista de direito, filho do coronel Sousa Nunes. (CAMINHA, 1985, p. 11).

Havia também no período outros tipos de jogos não aceitos socialmente, e particularmente preceitos pelas autoridades, notadamente os jogos de azar, como o jogo do bicho. Dentro dessa tendência modeladora e reguladora, empreendida na cidade e nos costumes pelas determinações públicas de então, vemos uma forte repressão ser instaurada contra as jogatinas ilegais. A seguir, segue trecho em destaque retirado do *Jornal do Ceará*, de 20 de outubro de 1908. Aqui percebemos a forte presença desses jogos de azar em Fortaleza, pelas ruas e praças mais movimentadas:

Somos forçados a vir ainda hoje ocupar-nos (sic) da jogatina escandalosa e desenfreada que dia a dia mais se desenvolve, alastrando-se irresistivelmente por todos os cantos desta capital, envolvendo nas suas traçozeiras malhas, a população incauta dominando pública e ostensivamente nas ruas e praças de maior movimentação.

Actualmente (sic) o jogo é a paixão dominante da Fortaleza, anima-o a própria autoridade que deveria ser a primeira a concorrer eficazmente (sic) para a sua repressão (BARBOSA, 1997, p. 50).

Como se nota, tudo aquilo que era considerado desvio à norma, era enfaticamente combatido pelas elites políticas locais. Além disso, e dentro do contexto aqui trabalhado, não poderíamos encerrar esse trabalho sem mencionar um traço presente no livro de Caminha e notável de se perceber no consenso popular; além de ser mencionado em várias obras de estudiosos e memorialistas: o “Ceará Moleque”. Tal compulsão popular pelo deboche e a sátira, não foi questão que mereça passar despercebida na Fortaleza desse período. Talvez mesmo, esse conceito de molecagem tenha sido cunhado e gestado; de fato,

nesses anos da chamada *belle époque* local. É Otacílio de Azevedo (1980), recordando-se de suas vivências na Fortaleza de início do século XX, quem vai mencionar ser qualquer coisa jocosa ocorrida na rua, imediatamente transformada em maledicência e pilhéria destinadas a “fazer a delícia da arraia-miúda sempre atenta à comicidade”. Necessário é mencionar que o palco por excelência dessas práticas era a Praça do Ferreira, então coração da cidade. Ali nada escapava ao olhar do escárnio popular. O que se passava nos bondes, automóveis, lojas, cafés e ruas das cercanias era devidamente escrutinado e avaliado acerca da possibilidade de gerar combustível para a molecagem. Havia as vaias, os apelidos e ditos jocosos lançados sobre quem tivesse o azar de alimentar (voluntária ou involuntariamente) essa inconveniente prática, menciona Ponte (1999). Havia também um lado sombrio, mais pesado e ligado a uma maledicência de tons pestilentos, muitas vezes cultivada até nas páginas dos periódicos de então. Podemos ilustrar tal prática destacando um trecho do romance ora aqui abordado, no qual as personagens Maria do Carmo e Lídia Campelo falam acerca de conteúdo publicado no fictício jornal a *Matraca*:

O dia seguinte era domingo. Todos em casa do amanuense acordaram muito bem dispostos. Havia missa cantada na Sé. Espocavam foguetes e repicavam sinos. Meninos apregoavam numa voz cantada a *Matraca* a 40 réis! – um jornaleco imundo que falava da vida alheia e que por duas vezes trouxera sujidades contra João da Mata. Maria do Carmo quis ver o que dizia a *Matraca*, apesar do padrinho ter proibido expressamente a entrada do pasquim em sua casa. Ali só lhe entrava a Província, dissera ele; isso mesmo porque o José Pereira não exigia pagamento de assinatura. O mais era uma súcia de papéis nojentos que só serviam para... – Maria deu um pulo até a casa da viúva Campelo e aí pôde comprar a *Matraca*. O padrinho estava no banho. – O Namoro do Trilho de Ferro! Gritavam os vendedores. Maria teve um palpite. Certo aquilo era com ela. Que felicidade o padrinho estar no banho! Pagou ao menino, pedindo-lhe pelo amor de Deus que não gritasse mais o Namoro do Trilho de Ferro. Abriu o jornal ansiosa. Que horror! Havia, com efeito, uma piada sobre ela e o Zuza. Mais que depressa correu a mostrar à Lídia.

Estás vendo menina? Lê isto aqui. E apontou com o dedo. Eram uns versos de pé de viola que contavam o recente namoro do Zuza:

“A normalista do Trilho,  
ex-irmã de caridade,  
está caída pelo filho  
d’um titular da cidade.”(...)

Lídia achou graça na versalhada. Ela também já saíra na *Matraca*.

- Um desaforo, não achas? Perguntou a normalista indignada.

- Que se há de fazer, minha filha? Ninguém está livre dessas cousas (sic) no Ceará moleque. Não se pode conversar com um rapaz, porque não faltam alcoviteiros. Olha, eu aposto em como isto que aqui está saiu da cachola do Guedes. (...). (CAMINHA, 1985, p. 30).

## CONCLUSÃO

Ao fim desse trabalho, percebemos o quanto o diálogo entre História e Literatura é rico em abordagens, metodologias, conteúdos e entrecruzamentos. Nessa perspectiva, trabalhamos o conceito de representação presente na História Cultural, ao analisar esses perfis de mulher. Esses retratos femininos são projeções que trazem toda uma carga de valores calcados sobre o ideal de mulher da época. Das páginas de *A Normalista*, vemos todo um universo fictício que reverbera no real, sempre que se procura um respaldo corroborativo na produção historiográfica. Essa obra nos fala de um tempo, de um contexto, de uma realidade há muito apagada. Fala também de tipos femininos inventados, mas verossímeis. Verossímeis porque frutos de uma escrita impregnada de uma época, de seus valores e características. É aí que percebemos serem essas mulheres de papel nem tão improváveis assim, mas, certamente, quase que vivas e reais. É como se pudéssemos perceber sua respiração através das páginas do livro, como se existissem de fato. Elas estão lá: quase reais, quase sólidas. Reproduzem ecos da vida de nossas antepassadas, mulheres que foram concretas, mas que por vezes devem ter levado vidas que beiraram o ficcional, dado ao absurdo impactante de suas limitadas vidas de seres do sexo feminino no século XIX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Márcia. **Cultura letrada, literatura e leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.
- ALENCAR, José de. **Lucíola**. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Senhora**. São Paulo: Editora Ática, 1973, p. 158.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto. **O conceito foucaultiano de literatura**. In: Filosofia Unisinos, 9 (3) : 269-280, set./dez., 2008.
- ASSIS, Machado de. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Editora Ática, 1983, p. 15.
- AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Edições da UFC, 1980, p. 106.
- AZEVEDO, Sânzio de. Adolfo Caminha e o Naturalismo. **O eixo e a roda**: v. 14, Belo Horizonte, (s.n.), 2007, p. 01-214.
- BARBOSA, Francisco Carlos J. **A força do hábito**: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930). Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFC, Fortaleza, 1997.
- BASTOS, Núbia Maria G. **Introdução à Metodologia do Trabalho Acadêmico**. 5. ed. Fortaleza: Gráfica e Editora Nacional, 2008.
- CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Rio de Janeiro: Editora ática, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- DA SILVA, André Marques et al. **Modernização e desigualdades sociais em Fortaleza na segunda metade do século XIX**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, 2004.
- DEL PRIORI, Mary. **Histórias Íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.
- \_\_\_\_\_. **História do Amor no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História I**. Lisboa: Editorial Presença, s.d., p. 31.
- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- FOUCAULT, Michel. 2001a. **Prefácio à Transgressão**. In: M. FOUCAULT, Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 47-59.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Haidar, M. L. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

JÚNIOR, Mário Martins Viana. **Gênero e urbanização: representações e práticas na Fortaleza do século XIX**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

LOPES, Silvana Fernanda. “Retratos” de mulheres na literatura do século XIX. **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan./jun. 2011.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Rosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1910.

PESAVENTO, Sandra. **História e literatura: uma velha-nova história**. (28/01/2006) <http://nuevomundo.revues.org/index1569.html>.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma Padaria Espiritual numa cidade material. In: PASSOS, Gleudson (Org.). **Padaria Espiritual: vários olhares**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 420 p.

THEÓPHILO, Rodolpho. **Variola e vacinação no Ceará** (edição fac-similar) – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006.

\*\*\*

Artigo recebido em abril de 2016. Aprovado em junho de 2016.